

COMUNICA

www.sindppd-rs.org.br

Dados

SindppdRS

Nº 16 / Agosto a Novembro de 2008.

Filado à
FENADADOS

Compromisso. Nas lutas, nas conquistas.



Foto: assembleia na Procergs em oito de julho

Procergs, Serpro e Dataprev

Mobilização derrota intransigência das empresas

Pag 2, 5 e 6

Particulares Protesto dos trabalhadores contra proposta de precarização da patronal

Pag 6

Procempa Negociação começa sem avanços significativos

Pag 6

Denúncias de irregularidades na Procergs: Ferrigolo cai

Pag 5



Sindppd/RS no I Congresso da Conlutas

Pag 4

E mais: Confira o especial *A crise e a classe trabalhadora*

Pag 3

A nossa categoria deu uma verdadeira demonstração de força neste ano: trabalhadores da Procergs, do Serpro e da Dataprev mobilizaram-se intensamente em busca da defesa de seus direitos e por avanços em suas campanhas salariais.

A necessidade de tanta mobilização tem um indício negativo, claro: a intransigência das direções das empresas e a política dos governos de desvalorização dos trabalhadores.

Mas também tem um fator que deve ser louvado: os trabalhadores em processamento de dados do nosso Estado não aceitam perder direitos e estão unidos nesta luta.

As respostas às pautas de reivindicação dos trabalhadores das particulares e da Procempa, em plena campanha agora, indicam que esses trabalhadores vão precisar da mesma disposição que seus colegas de categoria. O Sindppd/RS está nessa luta com todos.

Nesta edição do Comunica Dados, confirma, também, um especial sobre os impactos da crise mundial sobre a classe trabalhadora e o vislumbre de uma alternativa de organização em nível nacional, com a participação no I Congresso da Conlutas.



Número recorde faixas penduradas em frente ao Serpro nessa Campanha.

Serpro Mobilização enfrentou a intransigência da direção da empresa

No Serpro, a Campanha Salarial foi marcada pela intransigência da empresa, o que exigiu muita mobilização dos trabalhadores para que avanços fossem conquistados. O ACT foi assinado em 5 de novembro, contendo, entre outros itens, 6,54% de reajuste, abono no valor de R\$1.000,00, antecipação à lei federal que aumenta a licença maternidade para 180 dias e o parcelamento de férias para os trabalhadores que entraram na empresa depois de 1987, uma luta histórica.

Os avanços só vieram com muita pressão, principalmente por meio de paralisações e manifestações que divulgaram publicamente a indignação dos trabalhadores – como a caminhada dos trabalhadores da nossa regional à Receita Federal (23/7, foto à esquerda), apitaços (abaixo) e os grandes atos ocorridos no Rio de Janeiro (7/8), em Fortaleza (21/8) e em Brasília (27/8). No mês de agosto, a direção da empresa tentou proceder ao desconto dos dias paralisados. Ficou clara a intenção de punição quando a proposta dos trabalhadores de compensação integral dos dias parados em trabalho foi rejeitada pela empresa, que insistiu em descontar em pecúnia. Uma liminar da nossa regional impediu o desconto em um primeiro momento, mas foi julgada procedente em parte no final de outubro, permitindo ao Serpro o desconto em pecúnia de 50% dos dias paralisados (leia mais sobre isto no fim da página).

Para avaliar a fundo o movimento, é preciso admitir que a Federação cometeu erros na condução do processo, como a indicação às assembleias da Dataprev da aceitação dos descontos das paralisações, o que acabou fornecendo parâmetro para o Serpro. Outro equívoco foi não ter levado em conta mais cedo o conteúdo da nossa liminar. Ela só foi usada a partir da aceitação da proposta da empresa pela maioria dos estados. Isso inverteu a lógica da situação, armando a empresa na busca da desmoralização do movimento em vez de impulsionar a pressão dos trabalhadores contra a empresa, que era a responsável por tudo isso.

Esta campanha foi, no mínimo, constrangedora para os ex-sindicalistas dirigentes da empresa e sua comissão negociadora, que deixaram clara a sua posição de punição aos trabalhadores e que, em algumas reuniões de negociação, sequer negociavam. Os trabalhadores do Serpro, além da força e da unidade, precisaram (e, pelo visto, continuarão precisando) de muita paciência para conseguir avançar, porque sabem que o ACT é uma construção de muitos anos e todos os direitos conquistados foram frutos de muita mobilização.



FCT/FCA Primeiras decisões favoráveis

Em assembléia realizada em dezembro de 2007, os trabalhadores decidiram ajuizar reclamações trabalhistas, através de procurações individuais, com o objetivo de que a Justiça do Trabalho declare a natureza salarial da Função Comissionada Técnica e Auxiliar (FCT/FCA), e, portanto, determine a sua incorporação definitiva ao salário. A decisão ocorreu depois que o Serpro resolveu, de forma unilateral, alterar a norma em relação ao pagamento da FCT/FCA. O que era antes corrigido toda vez que o salário reajustava, só poderia, agora, ser corrigido uma vez ao ano na data-base, dependendo da vontade política da empresa.

Menos de um ano depois, já tivemos sentenças favoráveis, em 1ª instância, para dois trabalhadores. Ainda temos um longo caminho a percorrer, pois o Serpro deverá recorrer e ainda teremos muitas audiências pela frente – são mais de duzentas ações ajuizadas. Fomos o primeiro estado do país a encaminhar essas ações de forma massiva. Foi um trabalho duro, que contou com muita dedicação do Sindicato e da OLT, em reuniões com a assessoria jurídica e em diversos plantões para recepcionar a documentação dos trabalhadores.

Desconto Justiça ficou no meio do caminho

Mais uma vez, a Justiça fica no meio do caminho na defesa dos interesses dos trabalhadores. Em 22 de agosto, a 29ª Vara do Trabalho da 4ª Região aceitou o argumento do Sindppd/RS e suspendeu os descontos que o Serpro realizava antes mesmo do final da negociação. Afirmando que a greve é um direito social, a decisão serviu de constrangimento à postura dos ex-sindicalistas que hoje compõem a direção e a comissão de negociação da empresa. A empresa tentou derrubar a liminar por meio de mandados de segurança, sem sucesso.

Contudo, no julgamento da liminar, no final de outubro, a Justiça acabou cedendo à empresa. Em um primeiro momento, o juiz voltou a reconhecer o direito de greve sem desconto, para, depois, acatar a proposta da empresa.

Este é o primeiro acordo, em pelo menos dez anos, que contém desconto de dias paralisados em pecúnia. Com isso, a atual diretoria e a comissão negociadora da empresa deixam clara a sua posição de intransigência e autoritarismo.

DIREITOS DO TRABALHADOR

Assessor jurídico do Sindppd/RS, Sales da Rosa disponibiliza dois artigos de interesse dos trabalhadores: um sobre Assédio Moral e outro sobre vale-refeição. Confira em www.sindppd-rs.org.br, clicando em *Assessorias*.

O Comunica Dados é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Rio Grande do Sul (Sindppd/RS).

Tiragem: 3.000 exemplares. Impressão: VT Propaganda e Gráfica.

Divulgação e Imprensa • Diretora Coordenadora: Hilda Teresinha

Mathias Dobal / Diretores Adjuntos: Ernani Tarouco Menna e Deobrandino Ninrod Borges

Jornalista Responsável: Nanda Isele Gallas Duarte

End: Rua Washington Luiz, 186 - Bairro Centro. CEP 90010-460

Fone: (51) 3213-6100 / Fax: (51) 3213-6140

Site: www.sindppd-rs.org.br

E-mail: comunicacao.sindppdrs@gmail.com

A crise e a classe trabalhadora

A crise mundial já provou ser muito mais do que financeira: a economia capitalista está em crise como um todo. Privatizar lucros e socializar prejuízos parece ser o lema dos grandes grupos econômicos, endossado pelos governos em todo o mundo. Para enfrentá-lo, os trabalhadores vão precisar de muita luta e organização.

NÃO ACEITAREMOS PAGAR ESSA CONTA!



O TAMANHO DA CRISE

O que começou como uma crise no sistema de financiamento de imóveis nos EUA, alastrou-se pelos mercados financeiros e não demorou a chegar como impacto à chamada economia real. Mas qual é a verdadeira razão dessa crise? Dirigente nacional da Conlutas, José Maria de Almeida responde: "A causa de fundo desta crise é a mesma que está na raiz das crises cíclicas do capitalismo: a queda na taxa de lucros das empresas". Ele explica que, desde o final de 2007, já se identificava claramente essa queda nos grupos econômicos em diversos setores, uma queda que ocorre de tempos em tempos na economia capitalista devido a sua própria natureza, que combina uma busca implacável por lucros cada vez maiores com nenhum planejamento da produção de bens na sociedade. "Os capitalistas querem produzir mais aquelas mercadorias que dão mais lucro. Os investimentos que são feitos para produzir estes produtos, o aumento exagerado da sua oferta no mercado e a ausência de compradores, de forma combinada, levam a uma queda na taxa de lucros das empresas", detalha Zé Maria.

Mas o que diferencia, então, essa crise das demais crises cíclicas da economia capitalista? Segundo o dirigente da Conlutas, o que ocorre agora é que, à queda nos lucros dos grandes grupos empresariais, associa-se uma enorme crise no sistema financeiro, em particular no sistema de crédito: "Para se ter uma idéia, apenas o mercado de derivativos movimentou contratos da ordem de 550 trilhões de dólares. O PIB mundial hoje deve estar na casa dos 45 trilhões. É esta artificialidade que chamam de bolha que, agora, explodiu". Quando o crédito seca, o sistema entra em pane, diminuindo ainda mais a margem de lucro.

Vinculada à própria natureza do capitalismo, a crise tem seus efeitos estendidos a todas as esferas. Os primeiros sinais de recessão já aparecem. Entre eles, o aprofundamento da crise das grandes montadoras GM e Chrysler, que anunciaram demissões em massa e necessidade de ajuda financeira (em 12 meses, as ações da GM desvalorizaram-se em 80%). No Brasil, a GM anunciou férias coletivas. Nos EUA, corte de salários e demissões.

No final de outubro, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) fez uma primeira estimativa do impacto da crise sobre a vida das pessoas: o número de desempregados pode aumentar em 20 milhões até o fim de 2009, ultrapassando a casa de 200 milhões de

desempregados no mundo: um recorde histórico.

No Rio Grande do Sul, segundo pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), podemos perder 600 mil vagas de emprego em 2009. O departamento afirma que os setores mais afetados são, principalmente, o comércio e os exportadores, como o automotivo e o calçadista. No entanto, ele alerta que todos os setores são prejudicados com a crise, até mesmo os que têm a economia voltada para o mercado nacional, como o de alimentos e vestuários. O DIEESE aponta, ainda, que trabalhos temporários também tendem a reduzir com a crise.

ESTADO: DE PROBLEMA A SOLUÇÃO

"O impensável aconteceu", nas palavras do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Depois de anos pregando a bíblia do neoliberalismo, defendendo a desregulamentação do mercado, a flexibilização total das leis trabalhistas e a diminuição máxima da intervenção estatal, quando tudo começa a ir por água abaixo, é justamente ao Estado que o poderio econômico abalado implora por ajuda. Boaventura escreveu a respeito em artigo publicado na Folha de S. Paulo: "o Estado que regressa como solução é o mesmo que foi moral e institucionalmente destruído pelo neoliberalismo, o qual tudo fez para que sua profecia se cumprisse: transformar o Estado num antro de corrupção". O resultado é uma histórica intervenção estatal na economia, uma versão capitalista da estatização do sistema financeiro mundial que, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), deverá consumir mais de 12 trilhões de dólares (metade desse montante já foi). O primeiro país a abrir os cofres públicos para o salvamento privado foram os Estados Unidos. "A PALAVRA não aparece na mídia dos EUA, mas é disso que se trata: nacionalização. Perante as falências ocorridas, anunciadas ou iminentes de importantes bancos de investimento, das duas maiores sociedades hipotecárias do país e da maior seguradora do mundo, o governo federal norte-americano decidiu assumir o controle direto de uma parte importante do sistema financeiro", escreve Boaventura.

A ajuda trilionária visa salvar os grandes capitalistas em detrimento do aumento da fome, do desemprego, da retirada de direitos e da manutenção e aprofundamento da dependência econômica dos chamados países emergentes aos Estados Unidos. No Brasil, Lula já injetou mais de 160 bilhões de reais para tentar salvar banqueiros, latifundiários e especuladores da crise, e está retomando iniciativas para impor reformas como a Tributária e a Previdenciária, que visam a retirada de direitos históricos da classe trabalhadora,

aprofundando por aqui o moribundo modelo neoliberal.

Zé Maria questiona: "Por que o governo não atua com esta presteza toda para ajudar os trabalhadores que estão em dificuldades? Quantos assentamentos de reforma agrária seriam possíveis com esse dinheiro? Quantas moradias poderiam ser construídas? Hospitais? Este dinheiro vai sair de algum lugar. É dinheiro que o Estado deixará de investir na saúde, educação, etc."

QUEM PAGA A CONTA?

Não satisfeitos em ter dinheiro público rapidamente à disposição para sanar os problemas que criaram, os grandes grupos econômicos repassam o prejuízo ainda de outras formas aos trabalhadores. "Os capitalistas e seus governos sempre buscam empurrar para as costas dos trabalhadores os custos das crises", alerta Zé Maria. Além do crescimento do desemprego, o DIEESE aponta reflexos nas negociações dos sindicatos em campanha salarial com os sindicatos patronais, que tendem a rebaixar suas propostas e precarizar as relações de trabalho.

Os bancários precisaram realizar uma longa greve por uma pequena melhoria na proposta dos banqueiros, que alegavam a crise para não atender os reajustes reivindicados. Os metalúrgicos já sofrem ataques dos empresários que lhes impõem férias coletivas em várias de suas plantas em nosso país, recriando um cenário de incerteza. Em nossa categoria, o sindicato patronal também apóia na crise a defesa de uma proposta de perdas para os trabalhadores na campanha que se realiza agora.

LUTA COMO RESPOSTA

"A forma como a classe trabalhadora reagir a esta crise e às políticas que serão adotadas pelas empresas e governo, se haverá disposição de resistência e luta, será decisiva para o desfecho do processo", acredita Zé Maria. Na Europa, enquanto a crise é discutida no parlamento, os trabalhadores começaram a resistir. Milhares já se manifestaram na Espanha, na Bélgica, na Itália e na Grécia. A América Latina ferve em mobilizações, especialmente na Argentina e no Brasil, onde os trabalhadores mostram que não estão dispostos a pagar pela crise.

Em Porto Alegre, dez mil professores e funcionários de escolas se reuniram em assembleia no dia 14 de novembro, deflagrando uma grande greve da categoria e seguindo em marcha ao Palácio Piratini no maior ato do ano. O CPERS exige a retirada do projeto de piso do governo Yeda que ataca o plano de carreira dos trabalhadores em educação, uma conquista histórica. Mais uma vez, Yeda utiliza o discurso da crise para atacar direitos dos trabalhadores. O movimento de resistência desses trabalhadores, no entanto, mostra que é possível virar o jogo, com luta e organização [leia mais sobre as manifestações que tomam as ruas do nosso Estado na contracapa]. O Sindppd/RS convoca a categoria a participar desta que é uma batalha de sempre, mas que, com a crise, vai precisar de união e força como nunca.

Confira a íntegra da entrevista com Zé Maria na página do sindicato.

“Os capitalistas e seus governos sempre buscam empurrar para as costas dos trabalhadores os custos das crises”

“A resposta dos trabalhadores deve partir da defesa de uma outra sociedade, que funcione com outra lógica: a da necessidade das pessoas, e não a do lucro”



O Sindppd/RS participou do I Congresso da Conlutas. Entre os dias 2 e 6 de julho, em Betim/MG, os representantes da nossa categoria participaram dos espaços de debate e deliberação e ajudaram a definir os rumos desta nova ferramenta de luta da classe trabalhadora no país. Na bagagem de volta, os trabalhadores trouxeram ainda mais desafios e algumas certezas: o I Congresso da Conlutas foi um verdadeiro estimulante para a organização das lutas específicas de cada categoria e, ao mesmo tempo, representou a certeza de que somos muitos Brasil a fora.

Debate franco até no ônibus

Uma das experiências mais significativas para os trabalhadores em um evento do porte do I Congresso da Conlutas é a troca que ocorre entre diferentes grupos, categorias, movimentos. Para os trabalhadores representantes do Sindppd/RS isto já começou no ônibus, partilhado com representantes do CPERS e de outras categorias. Foi uma viagem e tanto. 32 horas de Porto Alegre a Betim, mais 32 de Betim a Porto Alegre, na volta. Tempo para dormir? Que nada. A ida ao congresso foi marcada por grande expectativa, e os trabalhadores utilizaram a viagem para estudar e debater as teses que seriam apresentadas, bem como a conjuntura vivida hoje pelos trabalhadores no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo, e o papel e os desafios da Conlutas. “A Conlutas tem o papel fundamental de unificar a luta em defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores. Principalmente hoje, quando a CUT ajuda o governo Lula em reformas neoliberais que ameaçam esses direitos. Esse é o papel da Conlutas: ajudar na reorganização do movimento sindical em nosso país”, disse Regis Ethur, do CPERS.

A expectativa da ida transmutou-se em satisfação na volta. Mais uma vez, o ônibus era literalmente a democracia em movimento e os trabalhadores compartilharam suas avaliações e os desafios que os esperavam daqui por diante. “Foi um grande prazer compartilhar esses momentos com todos vocês, agora é voltar e compartilhar com os colegas a experiência e os debates, alguns inéditos para mim”, disse Dora Trindade, trabalhadora da Procergs em Santa Maria e estreante em congressos.

I Congresso da Conlutas Um marco na história da organização da luta dos trabalhadores no Brasil

O Congresso da Conlutas, realizado em Betim/MG, foi o primeiro da entidade, mas os números que o construíram são de uma grande representatividade, confirmando o crescimento e o fortalecimento da Conlutas. Participaram 2814 delegados (as): 2168 do movimento sindical, 178 do movimento popular/social e 468 do movimento estudantil. O congresso contou, também, com um grande número de observadores, especialmente trabalhadores de outros países que vieram mais cedo para o Encontro Latino Americano e Caribenho (ELAC), que se realizou na sequência do congresso.

“Na Suécia, os congressos sindicais ocorrem a portas fechadas, são eventos para somente 300 dirigentes. A oportunidade de ver esses três mil trabalhadores debatendo suas lutas em um espaço democrático é única”, elogiou Bilbo Göransson, sindicalista vindo de Estocolmo, Suécia. Diretamente da Venezuela, onde participa do fortalecimento de uma entidade combativa e independente para os trabalhadores daquele país, Orlando Chirino defendeu a construção de uma alternativa revolucionária para a América Latina e aposta na Conlutas como o instrumento dos brasileiros: “Participar do I Congresso da Conlutas é uma alegria. Fico contente de saber que há também aqui uma visão

de independência de classe”.

“Minorias” que se tornam maiorias

Alguns dos pontos altos do Congresso foram o amplo espaço das lutas específicas dos mais oprimidos em nossa sociedade. O movimento negro estava tão presente no Congresso, que realizou uma “re-fundação” no quilombo construído para o evento. “Ao longo do tempo, os movimentos negros sofreram uma forte capitulação e cooptação do governo Lula. A realidade tem demonstrado a necessidade, cada vez maior, de um Movimento Negro de caráter classista, com horizonte socialista, organizado pela Conlutas”, afirmou Crispim, organizador do Movimento Negro da Conlutas. Também o movimento das mulheres realizou uma plenária própria, a fim de organizar uma política contra o machismo, que seja também uma política classista e independente.

Integração entre as categorias

Para o movimento sindical que participou do Congresso, a troca de experiências entre as categorias (que já começa no trajeto, *ver box acima*) se concretizou na construção de uma relação de solidariedade e unidade, que leva em conta as peculiaridades de cada categoria e região, mas que não perde de vista a luta da classe trabalhadora como um todo.

Para Alda Catarina Olivier, do CPERS, é fundamental que se fortaleça no Rio Grande do Sul uma unidade entre as categorias, de combate aos ataques do governo Yeda. “A Conlutas é de fundamental importância para a retomada das lutas do CPERS porque ela surge como uma alternativa para os trabalhadores frente às traições da CUT. Estamos vivendo um momento especial no sindicato, com a vitória da chapa que a Conlutas compõe com outras correntes na recente eleição para a diretoria do sindicato”, avalia.

Respirando democracia e construindo alternativas

Os espaços do Congresso foram organizados a fim de que todos pudessem debater os temas e ajudar na deliberação. Por isso, antes das plenárias finais que definiram as resoluções, os temas foram discutidos em pequenos grupos, onde cada um teve o direito de opinar no melhor estilo da conversa franca, do olho no olho, sem microfones ou intimidadoras platéias. Os encaminhamentos de cada grupo foram levados às plenárias finais, onde foram votados. Entre as principais resoluções, estão o posicionamento sobre a conjuntura nacional que reafirma a Conlutas como oposição de esquerda aos governos federal, estaduais e municipais e busca organizar a luta para derrotar o projeto neoliberal; e a oposição ao pagamento das dívidas externa e interna, com a realização de uma campanha nacional contra o pagamento da dívida. Outro encaminhamento de grande importância foi a definição do Plano de Ação da Conlutas, com destaque para a Campanha pelo Gatilho, o reajuste automático dos salários de acordo com a inflação. A íntegra das resoluções (que incluem posicionamentos sobre conjuntura internacional, América Latina, eleições e outros) pode ser conferida no site da Conlutas: www.conlutas.org.br.



Procergs Trabalhadores constroem grande unidade e defendem direitos

Os trabalhadores da Procergs garantiram a reposição das perdas de 2008 e a recuperação das perdas de 2007, por meio de parcelamento futuro e PPR. Todos os avanços que constam nos dois Acordos Coletivos fechados esse ano, sem exceção, são frutos da intensa mobilização dos trabalhadores da empresa.

Se não, vejamos: no dia 1º de julho, data-base da Campanha Salarial da Procergs, o que havia de garantia aos trabalhadores? Nada. Zero. Foi esta a “proposta” de reajuste que os trabalhadores da Procergs receberam pelo segundo ano consecutivo – “coincidentalmente”, o segundo ano de governo Yeda e o segundo ano da direção escolhida por seu governo para a Procergs. Foi no dia de sua data-base que os trabalhadores realizaram uma assembleia grandiosa, com a participação de mais de 400 colegas. Decidiram realizar uma paralisação de 24 horas já no dia seguinte. Com mais de 90% de adesão, a paralisação demonstrou a força e a unidade dos trabalhadores da Procergs à direção. Resultado: na mesma semana, a diretoria da Procergs apresentou sua primeira proposta. A nova proposta, no entanto, oferecia a reposição salarial devida (o INPC do período, que nada mais é do que direito dos trabalhadores) condicionada, porém, à retirada de direitos do Acordo Coletivo e à retirada do dissídio de 2007 da Justiça (ou seja, manutenção de zero em 2007). Os trabalhadores voltaram a se reunir em uma massiva assembleia, que rejeitou por unanimidade a proposta da empresa.

Mais uma grande paralisação foi organizada, agora, de 48 horas, com 95% de adesão dos trabalhadores (na foto, o momento em que os procerguianos se encontraram com os trabalhadores do Serpro, também paralisados no dia 17 de julho). Resultado: a empresa voltou atrás e avançou na negociação, revendo alguns pontos do que antes havia dado por última proposta.

A CT e o Sindppd/RS solicitaram reuniões de conciliação no TRT a fim de solucionar o impasse, flexibilizando até onde estavam autorizados pelos trabalhadores, procurando



manter os direitos conquistados com muita luta no passado. Depois de muito debate, flexibilização, construção de contrapropostas em assembleia, no dia 29 de setembro, a maioria dos trabalhadores aprovou a proposta da empresa que continha mais alguns avanços. No dia seguinte, em audiência no TRT, as partes fechavam os detalhes da redação do acordo.

Esse movimento dos trabalhadores da Procergs em defesa do que lhes é de direito fortaleceu uma grande e importante unidade, a maior conquista desta Campanha Salarial. Essa unidade precisa ser mantida, frente ao necessário enfrentamento da política de desvalorização dos trabalhadores e serviços públicos, promovida pelo atual governo do estado (leia mais sobre isso na pág. 6: *Trabalhadores na rua contra os ataques de Yeda*). Foi a primeira vez, em mais de dez anos, que os trabalhadores da Procergs precisaram ajuizar um dissídio coletivo para garantir o mínimo de reajuste. Trabalhadores de outras categorias, como o Semapi, acumulam perdas nos últimos três anos, e só conseguiram recuperar parte disso.

Ferrigolo cai depois de mais uma denúncia

Enquanto os trabalhadores empreendiam uma dura luta contra a política de retirada de direitos do governo estadual, surgiram mais denúncias de irregularidades envolvendo gestores da Procergs. A última denúncia foi veiculada na revista *Veja*, na edição da semana do dia 20 de setembro, e apontava o pagamento de complementação salarial ao então presidente da Procergs, Ronei Ferrigolo, no valor de R\$ 15 mil, no período de um ano, pagos pela Federasul. Duas semanas depois, Ferrigolo pediu demissão.

A nova denúncia surgiu no momento em que a Procergs estava sendo inspecionada pelo Tribunal de Contas do Estado, que investiga supostas irregularidades envolvendo a Companhia e a empresa *Processor*, da qual Ronei Ferrigolo era sócio. A solicitação da investigação partiu do procurador-geral do MPC, Geraldo da Camino, e refere-se a uma licitação realizada pela Procergs, em novembro de 2002. Ainda não há divulgação dos resultados.

Temos denunciado os interesses privados que rondam a Procergs, há muito tempo e de várias formas. Acionamos, em 2005, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Estadual, denunciando contratos irregulares, terceirizações em massa, baixos salários e o desmonte da inteligência da empresa. É inaceitável que interesses privados se façam prevalecer nas empresas e nos serviços públicos, através da corrupção direta ou indiretamente, através da sustentação financeira de pessoas detentoras de cargos públicos estratégicos.

Exigimos a apuração de todas as irregularidades levantadas e continuaremos atentos, cobrando, de quem quer que seja o próximo nomeado para gerir a Procergs, o fortalecimento da empresa e de seus serviços e a valorização de seus funcionários.

SAÚDE DO TRABALHADOR

Antônio Jane Cardoso
Assessor de Saúde do Sindppd/RS

Informação é arma contra qualquer abuso

Na edição passada, falamos da parte negativa, isto é, sobre os preconceitos ainda existentes no meio sindical e empresarial sobre o tema da saúde. E, no país inteiro, estão acontecendo todos os tipos de descumprimento da legislação que protege a saúde do trabalhador. Até mesmo pelas instituições que deveriam fiscalizar e zelar por elas, como, por exemplo, nas perícias da Previdência Social, que passam por cima do bom senso e da ética, e encaminham trabalhadores já adoecidos de volta às empresas, a funções onde sua saúde pode adquirir danos irreversíveis.

Hoje, trataremos de algo positivo: da força que nós trabalhadores temos quando utilizamos nossos conhecimentos sobre a nossa saúde e não permitimos que os abusos sejam praticados ou fiquem impunes. Vamos dar um exemplo: em setores ou empresas onde haja risco de demissões, muitos trabalhadores não fazem consultas, nem se queixam de suas dores, para não perderem o emprego. Quando ocorrem as demissões, argumentam que estão doentes, mas as empresas e outras instituições colocam sob suspeita uma doença que só foi manifestada após a demissão, pois, geralmente, não existe um diagnóstico confirmado por exames feitos em locais de confiança. Contudo, **para estar protegido, basta estar bem informado**. Para que não haja dúvidas comprometendo sua tranquilidade mais tarde, procure esclarecimentos com algum profissional que entenda com profundidade desse assunto. O Sindppd/RS oferece gratuitamente um plantão nas manhãs de terça e nas tardes de quinta onde todas suas dúvidas podem ser esclarecidas, mesmo que você ainda não seja sindicalizado. Agende um horário pelo nosso telefone (51 3213.6100) e comprove que vale a pena estar bem informado.

Dataprev Depois da campanha, qualidade de vida em questão

A Campanha Salarial dos trabalhadores da Dataprev começou mal – a empresa sequer apresentou proposta econômica no início da negociação, em maio. Os trabalhadores pressionaram e os avanços começaram a surgir aos poucos. Houve paralisação de 24 horas em todo o país nos dias 11 e 22 de julho e 5 de agosto, sempre durante as mesas de negociação. A mobilização dos trabalhadores conquistou alguns avanços, referentes ao valor do tíquete (R\$ 21,00), da cesta natalina (R\$ 504,00) e do abono salarial (R\$ 1.000,00). Assim, mesmo que o reajuste ainda não fosse o ideal (6,54%), a maioria das assembléias no país aceitou fechar acordo depois da negociação dos dias 12 e 13 de agosto.

Polêmica sobre a seleção para Central de Serviços

Em nossa regional, a OLT, a CIPA e o Sindppd/RS se reuniram com a empresa, no dia 24 de outubro, para tratar de assuntos relacionados à Central de Serviços. A representação dos trabalhadores questiona não a criação da Central, mas a forma como a seleção dos trabalhadores foi feita – por meio de convite. Reivindicamos a aplicação de critérios transparentes e democráticos para tal seleção. A empresa foi comunicada, na reunião e em outras oportunidades, dessas considerações e, no entanto, divulgou alterações avaliadas como insuficientes pela OLT/Sindicato no informativo do dia 13/11. O que está em jogo com esta gestão da Dataprev é a qualidade de vida de seus trabalhadores e, portanto, continuaremos cobrando da empresa as medidas necessárias para um processo de seleção transparente e responsável: a definição das atividades que serão executadas e do perfil profissional (competências, habilidades e atitudes) adequado ao exercício destas atividades, e sua ampla divulgação.



Assembléia do dia 30 de julho na nossa regional



Procempa Trabalhadores reivindicam 12,23% de reposição

Nos dias 1º (fotos) e 23 de outubro, os trabalhadores da Procempa definiram, em assembléias, a sua pauta de reivindicações para a Campanha Salarial 2008/2009. Foram analisadas as propostas da CT, do Sindppd/RS e dos colegas. A assessoria jurídica do sindicato participou das assembléias, esclarecendo algumas modificações de redação sugeridas a fim de tornar o ACT mais claro e coeso. Entre as reivindicações, constam o reajuste salarial em 12,23% (o IGP-M correspondente ao acumulado de doze meses em 31 de outubro de 2008), flexibilização dos horários de entrada e de saída, o aumento da verba para formação superior dos trabalhadores e a retirada da cláusula sobre estagiários, entre outros itens.



A primeira mesa de negociação (em 7/11), no entanto, não apresentou avanços significativos: a empresa afirmou estar estudando o índice de reajuste e já negou as reivindicações relativas aos estagiários, verba para estudantes, cobertura médica para os aposentados, aumento do abono anual, reajuste a título de promoção, entre outras. A conquista mais importante até o momento foi a inclusão do benefício da Licença Maternidade de 6 meses, com a possibilidade de ser retroativo a quem estiver de licença no período da negociação e eventual aprovação do ACT.

Uma segunda mesa de negociação ainda não ocorreu porque a empresa já desmarcou duas reuniões. Os trabalhadores têm assembléia em 25/11.



Particulares Patronal mantém proposta rebaixada, trabalhadores protestam

Os trabalhadores reivindicam reposição salarial pelo INPC (7,26%) e aumento real de 5%, totalizando 12,26% de reajuste. O sindicato patronal apresentou uma proposta vergonhosa, tentando rebaixar para 5,45% o índice de reajuste, o equivalente a 75% do INPC. Os empresários propõem a mesma precarização para as outras cláusulas, como tíquete e auxílio creche, e ainda querem diminuir o valor do adicional noturno, reduzir o número de cargos contemplados pelo piso, aumentar o limite do banco de horas e limitar o pagamento do adicional por tempo de serviço, entre outros ataques.

A proposta gerou indignação. O sindicato percorreu diversas empresas, distribuindo adesivos de protesto contra o desrespeito da patronal, que foram usados no dia 13 de novembro, dia da segunda mesa de negociação. Sem avanços, houve novo protesto: dia de roupa preta no trabalho na terceira rodada de negociação, em 20/11. O Sindicato veiculou spots em rádios, denunciando a postura dos empresários. Na terceira mesa, no entanto, não houve negociação: o representante da patronal se retirou da reunião, depois de apresentar seu descontentamento com as mobilizações. O Sindppd/RS solicitou nova reunião. Um segundo dia de roupa preta acontece em 28/11.

Demissões no Sicredi e em outras empresas

O Sicredi demitiu cerca de 40 trabalhadores, o Terra, 23, e a Stefanini, 27. Qual a razão disto? Para os empresários da área de TI, os últimos anos foram de muito lucro com a expansão do setor. Os trabalhadores passaram ao largo desses ganhos. Não podemos admitir que, com a crise que agora se aprofunda ou por qualquer outro fator, os mesmos empresários que não repartiram seus ganhos repassem aos trabalhadores os prejuízos, seja por meio de precarização das condições de trabalho, seja por meio de demissões.



Movimento

Trabalhadores na rua contra os ataques de Yeda

No Estado, a indignação dos trabalhadores é geral porque, mesmo com a confirmação de aumento de 143% no salário da governadora, desvios milionários no Detran, financiamento de campanhas com dinheiro público e isenções bilionárias para grandes empresários, o governo estadual mantém o discurso de crise quando trata com os trabalhadores. Na área da educação, a vergonha é ainda maior. Em uma manobra para não implantar o piso federal do magistério no Estado, Yeda apresentou um projeto de piso estadual que retira direitos do plano de carreira dos professores e funcionários de escolas. O resultado disto é que os trabalhadores de praticamente todas as categorias do estado têm se mobilizado. Só este ano, houve paralisações dos funcionários da Corsan, das fundações, dos policiais civis e muitos outros, além da greve dos agentes penitenciários e a recém deflagrada pelos trabalhadores em educação. Os trabalhadores da Procergs não estão sozinhos em sua luta.

Mesmo com a repressão truculenta do governo Yeda às manifestações, capitaneada pelo coronel Mendes, os trabalhadores têm tomado as ruas e divulgado suas reivindicações em grandes atos, como a Marcha dos Sem e ato unificado dos servidores, em 16/10, que reuniu mais de 4 mil pessoas, e a marcha dos trabalhadores em educação, em 14/11, com quase dez mil manifestantes. O autoritarismo não cala a luta dos trabalhadores.

SURRAMOS OS BANCÁRIOS DE MANHÃ E OS PROFESSORES DE TARDE!

MARAVILHA! IMPLANTAMOS A PORRADA EM TURNO INTEGRAL!



KAYSER